

ANTIFRAGILIDADE EM REDES: MULHERES ARTESÃS, CAPIM DOURADO E ESTRATÉGIAS COLETIVAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TOCANTINS (BRASIL)

Lynda Carvalho Lopes

Universidade Federal do Tocantins

Cleiton Silva Ferreira Milagres

Universidade Federal do Tocantins

Gabriela Mariano Mendonça

Universidade Federal do Tocantins

Resumo

Este trabalho analisa como a Comunidade Quilombola Mumbuca, no Território do Jalapão (Tocantins, Brasil), desenvolveu capacidades organizativas que expressam traços de antifragilidade frente a pressões externas como o turismo desordenado, a expansão do agronegócio e a imposição de unidades de conservação. O estudo tem como objetivo compreender de que modo o enfrentamento ao processo de formalização institucional, exigido por políticas públicas e órgãos reguladores, fortaleceu a organização interna da comunidade. A metodologia adotada foi a intervenção sociotécnica participativa, com rodas de conversa e construção coletiva de documentos normativos (estatuto e regimento interno), respeitando a oralidade, os saberes locais e os critérios culturais da comunidade. O processo foi registrado por meio de diário de campo, fotografias e síntese de deliberações. Os resultados indicam que, diante do estressor da burocratização, a comunidade não apenas se adaptou, mas ampliou seu capital social e político, consolidando redes de cooperação, reafirmando sua identidade territorial e fortalecendo seus mecanismos autônomos de gestão coletiva. O manejo tradicional do capim dourado, articulado à governança comunitária da produção artesanal, revelou-se um bem comum regulado por normas internas construídas de forma dialógica e legítima. Conclui-se que a experiência evidencia uma resposta comunitária que transforma vulnerabilidade em capacidade adaptativa, reforçando o papel dos saberes tradicionais e da autogestão na construção de soluções institucionais sustentáveis em contextos rurais periféricos.

Palavras-Chave: Antifragilidade, Comunidades Quilombolas, Governança Comunitária, Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Regional.

Abstract

This study analyzes how the Mumbuca Quilombola Community, in the Jalapão Territory (Tocantins, Brazil), developed organizational capacities that express traits of antifragility in the face of external pressures such as unregulated tourism, the expansion of agribusiness, and the imposition of conservation units. The study aims to understand how confronting the process of institutional formalization, required by public policies and regulatory bodies, strengthened the community's internal organization. The methodology adopted was participatory socio-technical intervention, with discussion circles and the collective construction of normative documents (statutes and internal regulations), respecting orality, local knowledge, and the community's cultural criteria. The process was recorded through field diaries, photographs, and summaries of deliberations. The results indicate that, faced with the stressor of bureaucratization, the community not only adapted but also expanded its social and political capital, consolidating cooperation networks, reaffirming its territorial identity, and strengthening its autonomous mechanisms of collective management. The traditional management of golden grass, linked to the community governance of artisanal production, has proven to be a common good regulated by internal norms built in a dialogical and legitimate way. It is concluded that the experience demonstrates a community response that transforms vulnerability into adaptive capacity, reinforcing the role of traditional knowledge and self-management in building sustainable institutional solutions in peripheral rural contexts.

Keywords: Antifragility. Quilombola Communities. Community Governance. Sociobiodiversity. Regional Development.

1. Introdução

O Território do Jalapão, situado no estado do Tocantins, configura-se como uma região marcada por intensas disputas socioambientais, sobreposições institucionais e processos de reconfiguração territorial que afetam diretamente comunidades tradicionais. Entre essas

comunidades, destaca-se o Povoado Quilombola da Mumbuca, localizado no interior do Parque Estadual do Jalapão, cuja trajetória recente revela formas originais de resistência e reorganização diante de pressões externas cada vez mais complexas. Essas pressões incluem a intensificação do turismo de base mercantil, a expansão do agronegócio nos arredores das áreas protegidas, a escassez hídrica associada à degradação ambiental e os dilemas oriundos da formalização institucional exigida por políticas públicas, como a criação de associações e a obtenção da Indicação Geográfica (IG) do capim dourado, elemento que articula identidade territorial, práticas artesanais e formas próprias de organização social das comunidades quilombolas do Jalapão (CARVALHO, 2021).¹

Neste contexto, o presente artigo parte da hipótese de que a comunidade Mumbuca desenvolveu, nos últimos anos, respostas coletivas que não apenas demonstram capacidade de resiliência, mas que se aproximam do conceito de antifragilidade, proposto por Nassim Nicholas Taleb (2013).² Ao invés de apenas resistir ou adaptar-se a choques institucionais e territoriais, a comunidade teria se fortalecido a partir da desordem, reorganizando suas práticas organizativas e normativas, e consolidando sua autonomia sociopolítica. A elaboração participativa do estatuto e do regimento interno da Associação Comunitária da Mumbuca, articulada ao manejo tradicional do capim dourado como bem comum, é analisada como um momento-chave desse processo.

Dessa forma, o artigo busca compreender como os comunitários transformaram vulnerabilidades estruturais em capacidades adaptativas, por meio de formas autônomas de gestão territorial, valorização dos saberes locais e negociação estratégica com os marcos institucionais vigentes. A análise contribui para os debates sobre governança comunitária, disputas territoriais e desenvolvimento regional em territórios periféricos, especialmente aqueles atravessados por sobreposições entre conservação ambiental, políticas públicas e direitos étnico-territoriais.

2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de base participativa, centrada na intervenção sociotécnica como instrumento de mediação entre os saberes tradicionais da

¹ CARVALHO, Jessica Cardoso. *Capim dourado: artes do cerrado e as cosmopolíticas quilombolas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021.

² TALEB, N. N. *Antifrágil: Coisas que se beneficiam com o caos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

comunidade quilombola da Mumbuca e os marcos institucionais exigidos pelas políticas públicas voltadas à formalização de organizações sociais. A escolha metodológica se fundamenta na compreensão de que os processos de elaboração normativa — como estatutos e regimentos internos — não devem ser vistos apenas como exigências burocráticas, mas como oportunidades para fortalecer os vínculos comunitários, reafirmar identidades e projetar estratégias de resistência e autonomia territorial.

A produção dos dados ocorreu por meio de um processo de intervenção sociotécnica participativa desenvolvido junto à Comunidade Quilombola Mumbuca, envolvendo rodas de conversa, oficinas deliberativas e encontros comunitários voltados à construção coletiva do Estatuto Social e do Regimento Interno da associação local. A comunidade participou ativamente de todas as etapas da pesquisa, desde a identificação das demandas e conflitos territoriais até a deliberação sobre as normas que orientam a gestão coletiva dos recursos e das atividades produtivas vinculadas ao capim dourado. Os registros empíricos foram obtidos por meio de observação participante, diário de campo, registros fotográficos, gravações autorizadas e sínteses das decisões coletivas produzidas durante os encontros. Participaram diretamente das atividades 30 associados da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado do Mumbuca (AAEPM), incluindo artesãos, lideranças comunitárias e demais membros envolvidos na gestão associativa, no manejo do capim dourado e nas atividades de extrativismo desenvolvidas pela comunidade. A diversidade de experiências e funções desempenhadas pelos participantes possibilitou a incorporação de diferentes perspectivas sobre os processos de formalização institucional, organização comunitária e governança dos recursos de uso comum, contribuindo para a legitimidade social dos instrumentos normativos construídos coletivamente.

A intervenção foi realizada no contexto do acompanhamento de atividades extensionistas e de pesquisa-ação vinculadas ao Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos (NERUDS/UFT), entre os anos de 2021 e 2023. As ações tiveram como foco o apoio à construção coletiva dos documentos organizativos da Associação Comunitária da Mumbuca, por meio de processos de facilitação social voltados ao diálogo entre os saberes tradicionais da comunidade e as exigências institucionais relacionadas à sua formalização. Esse processo respeitou a historicidade local e reconheceu os conhecimentos associados ao capim dourado como formas legítimas de produção de conhecimento e de relação com o território (CARVALHO, 2021).

O processo foi sistematicamente registrado por meio de diário de campo, fotografias, gravações (com autorização) e produção de sínteses das decisões coletivas. As falas dos participantes foram analisadas à luz da técnica de análise de conteúdo temática, com categorias

emergentes como: pertencimento, conflito territorial, formalização, saber tradicional, organização autônoma e antifragilidade.

Além disso, foram utilizados dados secundários complementares — como o Cadastro Único (CadÚnico), o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, documentos da Indicação Geográfica (IG) do Capim Dourado e registros institucionais — com o objetivo de contextualizar as pressões territoriais e institucionais enfrentadas pela comunidade. O cruzamento entre os dados empíricos e o referencial teórico permitiu interpretar a experiência da Mumbuca como um caso singular de capacidade adaptativa diante de múltiplos estressores.

3. Referencial Teórico

O conceito de antifragilidade, formulado por Nassim Nicholas Taleb (2013), oferece uma chave analítica poderosa para compreender sistemas que não apenas resistem à volatilidade, ao estresse e à incerteza, mas que se fortalecem diante deles. Diferente dos sistemas frágeis, que colapsam sob pressão, e dos resilientes, que apenas mantêm sua forma, os sistemas antifrágeis ganham com a desordem. Taleb argumenta que essa característica é típica de sistemas distribuídos, descentralizados e orientados por saberes situados, capazes de aprender com choques e transformar vulnerabilidades em vantagens adaptativas.

Ao aplicar essa lente ao contexto de comunidades tradicionais, é necessário considerar os riscos do que o próprio autor denomina como “intervencionismo ingênuo” — ações promovidas por especialistas externos, com base em modelos padronizados, que desconsideram as dinâmicas locais e frequentemente agravam a fragilidade dos sistemas sociais que pretendem apoiar. Essa crítica se conecta a autores como James Scott (1998)³, que denuncia os efeitos de políticas estatais uniformizadoras em contextos rurais complexos, e Kristen Magis (2010)⁴, que propõe a noção de resiliência comunitária como a capacidade das comunidades de prosperar diante de adversidades por meio da mobilização de seus próprios recursos, saberes e vínculos territoriais.

No caso do Jalapão, a sobreposição entre unidades de conservação, avanço do agronegócio e turismo desordenado impõe múltiplos estressores territoriais sobre comunidades como a Mumbuca. Em situações como essa, a governança de bens comuns, como o manejo do

³ SCOTT, J. C. *Os dominados e a arte da resistência: discussões invisíveis*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

⁴ MAGIS, Kristen. *Community resilience: An indicator of social sustainability. Society and natural resources*, v. 23, n. 5, p. 401-416, 2010.

capim dourado, adquire centralidade. Autores como Elinor Ostrom (1990) ⁵demonstra que comunidades locais podem desenvolver regras legítimas e eficazes de gestão compartilhada, desde que respeitados seus mecanismos internos de deliberação, reciprocidade e pertencimento.

4. Resultados e Discussão

A Comunidade Quilombola Mumbuca, localizada dentro dos limites do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), é exemplo emblemático de como pressões externas — como a expansão do agronegócio, o turismo desregulado e as restrições impostas por Unidades de Conservação — não apenas impõem vulnerabilidades, mas também podem ser catalisadoras de estratégias de fortalecimento e reorganização comunitária, revelando padrões de antifragilidade territorial (Taleb, 2013).

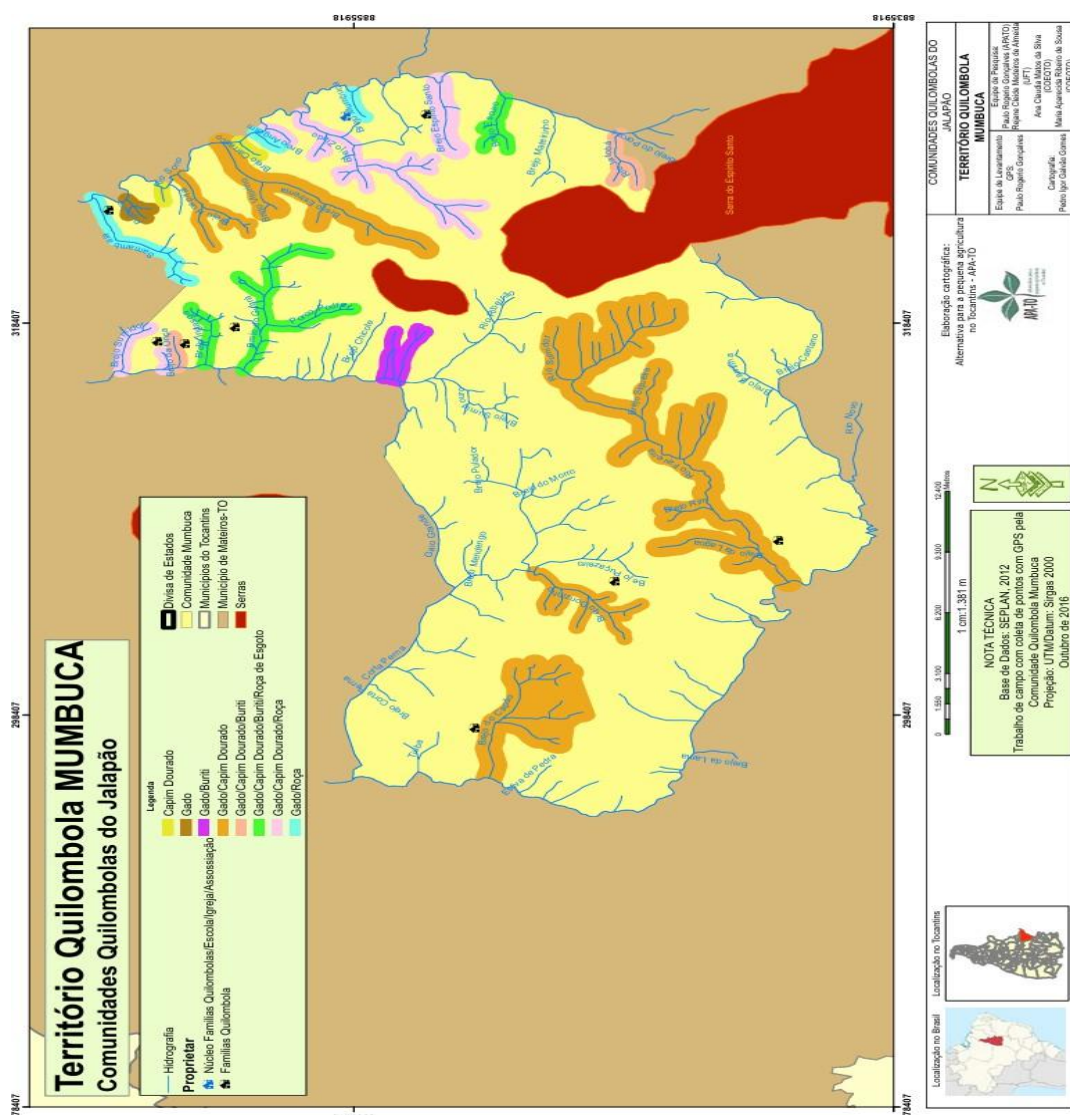
4.1 Localização e Contexto Socioambiental

A Comunidade do Mumbuca, localizada na zona de amortecimento do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), representa um espaço simbólico e material de resistência frente às múltiplas pressões oriundas do turismo, da legislação ambiental, do extrativismo predatório e das políticas públicas fragmentadas.

Os processos de intervenção sociotécnica realizados pelo NERUDS/UFT, por meio de ações de extensão universitária, contribuíram para fomentar uma ecologia institucional voltada à autonomia comunitária, especialmente por meio do fortalecimento da Associação Comunitária do Mumbuca e da salvaguarda dos saberes tradicionais vinculados ao manejo do capim dourado.

⁵ OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Figura 1 Mapa de localização da Comunidade Quilombola Mumbuca sobreposta à zona



do PEJ e áreas adjacentes de conflito territorial.

Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2016, p. 15)

A análise dos documentos oficiais, como o Plano de Manejo (Naturatins, 2021) e a Portaria de Uso Público (Portaria nº 042/2016), evidencia um padrão de imposição de normas e restrições que não consideram plenamente as dinâmicas socioeconômicas locais. Por exemplo, o plano delimita áreas para visitação e manejo sem mencionar expressamente os protocolos de consulta livre, prévia e informada à comunidade Mumbuca, conforme assegura a Convenção 169 da OIT.

Os dados revelam que a Comunidade Quilombola Mumbuca, diante das múltiplas pressões associadas ao avanço do turismo desregulado, das normas de conservação de uso restritivo e da crescente financeirização de seus territórios simbólicos e produtivos, articula um conjunto de respostas baseadas em sua capacidade de reorganização interna e controle sociotécnico dos bens comuns.

Conforme argumentado por Milagres (2020)⁶, o desenvolvimento regional no Jalapão é marcado por dilemas estruturais e assimetrias decisórias, que impõem às comunidades locais o desafio constante de adaptar-se a intervenções externas sem perder sua integridade cultural e capacidade de gestão autônoma.

A antifragilidade manifesta-se, assim, na formalização de estatutos internos, na ampliação de sua presença institucional em conselhos deliberativos e na reconfiguração de suas estratégias produtivas, especialmente no manejo do capim-dourado e na mediação de conflitos relativos ao uso público do território. Em resposta, os comunitários, passaram a adotar instrumentos de autogestão, como a reformulação do Estatuto e Regimento Interno, que regulam desde a coleta do capim dourado até o acesso ao território e o principal, o direito territorial da comunidade quanto a regularização fundiária.

Quadro 1 – Síntese dos dispositivos comunitários elaborados coletivamente em processos de extensão universitária.

Documento ou Ação	Descrição	Agentes Envolvidos
Início da intervenção sociotécnica participativa	Primeiras oficinas para escuta ativa, mapeamento de conflitos e identificação de demandas internas	NERUDS/UFT, Central do Cerrado e comunitários
Elaboração do Estatuto Social	Documento discutido em rodas de conversa, legitimado em assembleia, com foco em autogestão comunitária	NERUDS/UFT, liderança local (Conselho Diretor da Associação) e representante da Central do Cerrado

⁶ MILAGRES, C. S. F. *O Sistema Socioecológico do Jalapão e os Dilemas para o Desenvolvimento Regional: Transformações, Capacidade Adaptativa e Resiliência Comunitária*. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

Regimento Interno da Associação	Normas detalhadas para organização da cadeia produtiva do capim dourado e governança interna	Liderança local, associação, facilitadores do NERUDS/UFT
Protocolo Comunitário (em andamento)	Documento em construção para regulamentar acesso a recursos naturais, turismo e parcerias externas	Associação

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2 Intervenção Sociotécnica como Gatilho de Antifragilidade

A intervenção sociotécnica participativa, promovida pelo NERUDS em parceria com a Central do Cerrado e Associação Comunitária do Mumbuca, revelou-se essencial na construção de capacidades organizacionais antifrágeis. As oficinas de elaboração de documentos normativos se apoiaram na oralidade e nas práticas locais, ao mesmo tempo em que traduziam essas práticas em linguagem jurídica acessível para comunitários.

As atividades extensionistas permitiram uma aproximação crítica entre universidade e comunidade, fomentando processos de escuta ativa, oficinas participativas e construção coletiva de instrumentos como o estatuto e o regimento da associação local. A presença do NERUDS/UFT contribuiu para reforçar a antifragilidade comunitária, não apenas resistindo às adversidades, mas adaptando-se e evoluindo institucionalmente frente às transformações socioambientais do território, conforme sugerido por Milagres (2022).

Figura 1 – Atividade participativa realizada em parceria com o NERUDS para reformulação do estatuto e consolidação das regras internas da comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 2 – Diálogo entre gerações sobre o uso tradicional do capim dourado no contexto de novas exigências de mercado e legislação ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa

Retomando os estudos de Milagres et al (2022), compreende-se que a produção de conhecimentos aplicados, a partir de metodologias participativas e escuta qualificada, opera como vetor de resiliência e antifrágilidade comunitária. A presença recorrente da universidade

no território não apenas mitiga assimetrias cognitivas entre Estado e comunidade, mas também propicia a experimentação de soluções organizacionais compatíveis com os valores da sociobiodiversidade, como o uso de cartografias sociais, formações em governança e suporte na formalização de demandas junto ao Estado.

4.3 O Capim Dourado como Bem Comum Regulado

A institucionalização do manejo do capim dourado a partir de normas internas constitui um exemplo de bem comum autogerido, nos moldes de Ostrom (1990). As regras comunitárias definem períodos de coleta, áreas de extração, protocolos de rastreabilidade e proibição de coleta individualizada, evitando a exaustão do recurso e promovendo justiça distributiva entre as artesãs.

A cadeia produtiva do capim dourado, além de sua importância econômica, revela uma profunda dimensão simbólica para a Comunidade do Mumbuca. Seu manejo coletivo articula regras sociais, práticas sustentáveis e laços identitários. Conforme a perspectiva dos bens comuns desenvolvida por Ostrom (1990), trata-se de um recurso gerido coletivamente pela comunidade, cujo valor ultrapassa a lógica estritamente mercantil, sendo sustentado por regras compartilhadas, relações de reciprocidade, mecanismos de cooperação e práticas voltadas à sua preservação social e cultural.

4.4 Redes de Cooperação e Reconfiguração Política

A análise dos documentos do Plano de Manejo do PEJ e das portarias do Naturatins evidencia uma dissonância entre a normatização do uso público e os modos de vida locais. A Portaria nº 042/2016, por exemplo, estabelece regras rígidas de acesso e visitação, muitas vezes desconsiderando as particularidades das comunidades tradicionais que habitam ou utilizam a zona de amortecimento. Essa dissociação fragiliza a governança territorial e tensiona a permanência e a reprodução social da comunidade.

A exigência de formalização imposta por órgãos ambientais impulsionou a comunidade a fortalecer redes com universidades, associações quilombolas, entidades do terceiro setor e órgãos como o INCRA, convertendo um cenário de pressão em oportunidades de inserção institucional e valorização do saber local.

A análise evidencia que, ao invés de apenas se adaptar, a Comunidade Mumbuca transformou o estressor (formalização burocrática e imposição legal) em alavanca de reorganização interna, reafirmação de sua identidade e reposicionamento político. Este processo

é coerente com o conceito de antifragilidade em rede (Taleb, 2013), pois amplia a resiliência por meio da multiplicação de vínculos e da produção de novos mecanismos internos de regulação, não dependendo exclusivamente do Estado.

Neste ponto, a antifragilidade em rede implica a criação de mecanismos internos de blindagem cultural, como a autonomia sobre a marca coletiva, o controle das rotas de visitação e a regulação de atividades turísticas. A intervenção sociotécnica da universidade, ao lado das lideranças tradicionais da Associação Comunitária, tem sido decisiva para evitar a disfunção adaptativa da IG (Indicação Geográfica) e para assegurar que a valorização comercial do capim-dourado esteja ancorada em parâmetros éticos, pedagógicos e territoriais definidos pela própria comunidade.

Quadro 2 – Dinâmicas de Antifragilidade na Comunidade Quilombola

Mumbuca

Estressor Externo	Resposta Comunitária	Resultado Observado
Imposição de UC e restrições de acesso	Reforma de Estatuto e Regimento	Reconhecimento normativo local e fortalecimento institucional
Turismo desordenado e mercado exploratório	Regras internas de produção artesanal e rastreabilidade	Controle comunitário sobre a cadeia produtiva do capim dourado
Pressão por formalização	Parcerias com universidades e redes de apoio	Ampliação do capital social e visibilidade política

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tais resultados dialogam diretamente com investigações anteriores conduzidas no âmbito do NERUDS/UFT no município de Mateiros, como evidenciado nos estudos de Milagres (2020, 2022), os quais contribuem para consolidar a abordagem da intervenção sociotécnica enquanto catalisadora de processos de antifragilidade territorial.

5. Considerações Finais

A trajetória da Comunidade Quilombola da Mumbuca, situada no coração do Jalapão tocantinense, evidencia a potência de arranjos organizacionais anti frágeis, capazes de transformar instabilidades em oportunidades. Conforme Taleb (2013), a

antifragilidade se manifesta não na simples resistência ao choque, mas na capacidade de crescer com ele. Essa característica é observável nos mecanismos de autoproteção criados pela própria comunidade diante das pressões de agentes externos, como o turismo, o agronegócio e as políticas ambientais de conservação integral.

Ao construir suas próprias normativas internas — como estatuto, regimento e regras para manejo e comercialização do capim dourado — e consolidar formas autônomas de rastreabilidade e certificação, a Mumbuca reafirma sua capacidade de autogovernança territorial. Esse processo não ocorreu de forma espontânea ou isolada, mas foi catalisado por meio de uma intervenção sociotécnica pautada na escuta sensível, na mediação institucional e na valorização dos saberes locais. Trata-se de uma atuação marcada pela universidade pública, em especial pelo NERUDS/UFT, que reconhece a extensão como prática política e metodológica capaz de potencializar sistemas locais de cuidado, pertencimento e inovação.

As categorias analíticas sistematizadas em pesquisas anteriores, como em Milagres (2020, 2022), mostram que a antifragilidade comunitária não se resume a resiliência estrutural ou resistência cultural, mas envolve a construção ativa de normas, rotinas e tecnologias sociais que reorganizam os laços comunitários, a economia local e as relações institucionais. Esses estudos oferecem suporte teórico-empírico para compreender como a mediação universitária pode fomentar redes de cuidado e de governança policêntrica com base em princípios da solidariedade, do controle social e da pluralidade epistêmica.

A partir das análises e resultados aqui apresentados, delineiam-se os seguintes eixos de investigação prioritários:

1. Investigar comparativamente outras comunidades tradicionais do Jalapão e da Amazônia Legal que, diante de pressões externas, desenvolveram mecanismos próprios de autogestão, ordenamento territorial e criação normativa. Há potencial para sistematizar categorias analíticas transversais como “normatização do comum”, “governança por pertencimento” e “fragilidade induzida por políticas”.
2. Explorar o papel das universidades públicas na mediação de conflitos territoriais, por meio da extensão crítica e de metodologias participativas. Pesquisas futuras podem aprofundar os limites, dilemas e potencialidades desse tipo de intervenção, inclusive em contextos de alta judicialização, como ocorre em Unidades de Conservação.
3. Integrar Sistemas de Informação Geográfica (SIG), cartografia social e análise de fluxos turísticos para entender como os territórios tradicionais estão sendo redesenhados pelo turismo, pela financeirização da natureza e por dinâmicas institucionais de conservação. Isso permitiria elaborar modelos de uso público compatíveis com os modos de vida locais.

4. A centralidade das mulheres quilombolas nos processos de manejo, governança e resistência sugere a necessidade de aprofundar o conceito de "antifragilidade feminina", especialmente em contextos nos quais a economia do cuidado e os saberes intergeracionais sustentam os arranjos comunitários. Estudos de caso sobre lideranças femininas podem oferecer insights teóricos e políticos relevantes.

5. Analisar juridicamente os estatutos, regimentos e demais normativas internas das comunidades como formas legítimas de regulação social. Essa agenda exige diálogo entre o direito, a antropologia e a gestão pública, sobretudo em contextos onde o Estado reconhece a autonomia dos povos e comunidades tradicionais.

Essas frentes investigativas, ancoradas nos aprendizados oriundos da experiência da Mumbuca, reforçam a importância de uma ciência engajada, territorializada e sensível à complexidade dos sistemas socioecológicos. Ao mesmo tempo, sinalizam o compromisso da universidade pública com a produção de conhecimento que não apenas interpreta, mas transforma a realidade.

Diante disso, o caso da Mumbuca se insere em um campo mais amplo de debate sobre o papel das comunidades tradicionais na conservação ativa da sociobiodiversidade e na reinvenção de modelos de desenvolvimento territorial. Longe de serem objetos passivos de políticas públicas, tais comunidades atuam como sujeitos políticos de futuro.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Jessica Cardoso. *Capim dourado: artes do cerrado e as cosmopolíticas quilombolas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021.

MAGIS, Kristen. *Community resilience: An indicator of social sustainability*. *Society and natural resources*, v. 23, n. 5, p. 401-416, 2010.

MILAGRES, C. S. F. *O Sistema Socioecológico do Jalapão e os Dilemas para o Desenvolvimento Regional: Transformações, Capacidade Adaptativa e Resiliência Comunitária*. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SCOTT, J. C. *Os dominados e a arte da resistência: discussões invisíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

TALEB, N. N. *Antifrágil: Coisas que se beneficiam com o caos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

Revista CONVERGÊNCIA CRÍTICA